



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**PARECER PRÉVIO Nº 53/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 3852/2009 (03 Volumes).**

**Apensos:** Processos nº 649/2009 ; 4163/2008 ; 4341/2009.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Pauini.

**4- Exercício:** 2008.

**5- Responsável:** Sr. José Vicente Amorim, Prefeito do Município de Pauini e Ordenadora de Despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 21/2015 (fls. 527/528).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2677/2016-DMP-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 537/539).

**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Pauini. Exercício de 2008.

*Emissão de Parecer Prévio. Desaprovação das Contas.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, bem como o voto-destaque proferido pelo Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO**, no sentido de:

• Recomendar à Câmara Municipal de Pauini a **DESAPROVAÇÃO da Prestação de Contas** da Prefeitura Municipal de Pauini, referente ao exercício 2008, sob a responsabilidade do senhor **José Vicente Amorim**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do §5º do art. 127 da CE/89, c/c o inciso I do art. 18 da LC n. 6/91, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**PARECER PRÉVIO Nº 53/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

(irregularidade 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 21, 22 e 23) e de dano ao erário (irregularidade 24);

• Determinar à Câmara Municipal de Pauini que, no prazo de 60 dias, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado do Parecer Prévio emitido por esta Corte de Contas, **julgue as contas do Poder Executivo**, de responsabilidade da Sr. **José Vicente Amorim**, em cumprimento ao art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas.

**10- Ata:** 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 11 de Outubro de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

**12.1- Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 53/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 53/2016 -TCE – Tribunal Pleno)**

**1-Processo TCE nº 3852/2009 (03 Volumes).**

**Apensos:** Processos nº 649/2009 ; 4163/2008 ; 4341/2009.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Pauini.

**4- Exercício:** 2008.

**5- Responsável:** Sr. José Vicente Amorim, Prefeito do Município de Pauini e Ordenadora de Despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 21/2015 (fls. 527/528).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2677/2016-DMP-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 537/539).

**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Pauini. Exercício de 2008.

Contas Irregulares. Alcance. Multa. Prazo. Remessa dos autos à DICREX. Determinações à Origem.

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM:

**9.1- À unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, e de acordo com o voto-destaque proferido pelo Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**9.1.1 - Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Pauini, referente ao exercício 2008, sob a responsabilidade do senhor **José Vicente Amorim**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do §5º do art. 127 da CE/89, do inciso I do art. 18 da LC n. 6/91 e das alíneas “b” e “c” do inciso III do art.22 da Lei Orgânica-TCE/AM, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidade 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 21, 22 e 23) e de dano ao erário (irregularidade 24);



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 53/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 53/2016 -TCE – Tribunal Pleno)**

**9.1.2- Declarar em alcance**, no valor de **R\$ 33.571,59** o Sr. **José Vicente Amorim**, Prefeito e Ordenador de Despesas do município de Pauini, exercício de 2008, em razão de diferença do valor contabilizado a título de FPM em demonstrativos de mesma natureza (irregularidade 24), nos termos inciso VI do art. 304 do RI-TCE/AM;

**9.1.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias**, a contar do Ofício de comunicação da Decisão, para que o Responsável comprove, perante este Tribunal, o recolhimento aos cofres do Tesouro do Município de Pauini do montante declarado em alcance, em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei n. 2.423/96, corrigidos monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei estadual nº 2.423/96);

**9.1.4- Aplicar Multa** ao Sr. **José Vicente Amorim**, Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Pauini, exercício de 2008, no valor de **R\$ 16.448,68** (dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor atual disciplinado pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidade 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 21, 22 e 23);

**9.1.5- Remeter os autos à DICREX** para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

**9.1.6- Arquivar os processos 4341/2009** (comissão especial de tomada de contas) e **4163/2008** (exposição de motivos – sistema ACP) por perda de objeto, bem como o processo **649/2008** (transmissão de cargos);

**9.1.7- Determinar à Origem**, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que:

- zele pelo adequado preenchimento das informações no sistema E-Contas, nos termos da Resolução nº 13/2015-TCE/AM, alimentando-o com todas as informações determinadas;

- faça conciliação bancária também nas informações apresentadas em processo de transmissão de cargos;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 53/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 53/2016 -TCE – Tribunal Pleno)**

- encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei nº 2423/96 e do §1º da Resolução nº 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88;
- realize procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei federal nº 8.666/93;
- adote as medidas necessárias para a realização de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88;
- cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei 2.423/96 que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;
- cumpra com rigor a Lei federal nº 8.666/93 em especial: a) Formalização do procedimento de licitação, dispensa e/ou inexigibilidade; b) Formalização dos Contratos firmados; c) Conste nos autos o Decreto de nomeação da Comissão de Licitação; d) Que faça constar nas notas de empenho no mínimo: d.1) número do processo e modalidade de licitação; d.2) elemento de despesa, sub elemento, classificação econômica, fonte, saldo do empenho; d.3) nome empresarial do credor e a CNPJ do credor; d.4) campo específico do valor unitário e quantidade; d.5) número do empenho sequencial e crescente; e) Que os processos de pagamentos sejam numerados sequencialmente e estejam acompanhado das respectivas nota fiscais, ordem bancárias, nota de liquidação da despesa, certidões negativas do credor etc;
- escrete a contabilidade da prefeitura de acordo com os princípios, as NBCTs (normas brasileiras de contabilidade pública) e MCASP (manual de contabilidade aplicável ao setor público); e
- observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

**9.1.8-** Sejam encaminhadas ao Ministério Público do Estado do Amazonas, as peças processuais necessárias à demonstração da necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92,



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 53/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 53/2016 -TCE – Tribunal Pleno)**

devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação da Decisão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25, da referida Lei.

**9.2- Por maioria, aplicar Multa** ao Sr. **José Vicente Amorim**, Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Pauini, exercício de 2008, no valor de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), ou seja, R\$ 1096,03 x 12 meses, na forma do inciso II do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor atual disciplinado pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, em razão de inobservância de prazos para remessa de informações ao sistema ACP (irregularidade 1);

*Vencido o Voto-Destaque do Exmo. Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela Inaplicabilidade de Multa por atraso do ACP.*

**10- Ata:** 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 11 de Outubro de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

**12.1- Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral